

APATIA ECONÔMICA E INCERTEZAS ELEITORAIS

Gilmar Mendes Lourenço

Em um prazo inferior a três meses, as avaliações dos mercados acerca do prosseguimento da moderada recuperação da economia brasileira - depois do escape da mais longa e profunda recessão da história, marcada por declínio de 8,5% do produto interno bruto (PIB), entre abril de 2014 e março de 2017 - acusaram expressivo arrefecimento a par do retorno da gangorra nos ativos de risco (dólar e ações).

Tanto é assim que as projeções de evolução do PIB do país para o corrente ano, provenientes da pesquisa Focus, obtidas a partir de consulta semanal realizada pelo Banco Central (BC) junto a mais de cem instituições financeiras, caíram de 2,9% para 1,6% entre o começo de abril e o final de junho de 2018.

A inquestionável reversão das expectativas favoráveis, manifestadas pelos agentes econômicos, repousa em alguns fatores de natureza econômica e política. Pelo ângulo econômico emerge a influência exercida pelas perspectivas de emagrecimento do bônus global, com risco de interrupção do ciclo ascendente registrado desde 2010, por conta da combinação entre forte variação dos preços do petróleo, dos níveis de inflação e dos juros e, por extensão, valorização do dólar e desaceleração dos fluxos comerciais e financeiros.

Frise-se que a impulsão das cotações da matéria prima ícone da segunda revolução industrial deriva da diminuição voluntária de produção, por parte da Arábia Saudita e Rússia, em resposta ao avanço da oferta norte-americana, associada aos ganhos de produtividade derivados da exploração de xisto, e da sinalização de descontinuidade de suprimento provocada pela decisão do governo dos Estados Unidos (EUA) de romper o acordo nuclear com o Irã e impor sanções comerciais aquela nação.

As expectativas de intensificação da tendência ascendente dos juros foram confirmadas com a decisão do Federal Reserve (FED), BC dos EUA, tomada na reunião de 13 de junho de 2018, de elevar as taxas básicas da faixa entre 1,5% a.a. e 1,75% a.a., para o intervalo entre 1,75% a.a. e 2,0% a.a., e sublinhar as chances de ocorrência de outras duas subidas ainda no presente ano, motivadas pela ampliação da barriga inflacionária atrelada à robusta reativação da economia e do mercado de trabalho. Enquanto o incremento do PIB e a taxa de desemprego chegaram a 3,0% a.a. e 3,8% da população economicamente ativa (PEA), respectivamente, a inflação americana está em 2,8% a.a.

Convém contemplar prováveis impactos da guerra comercial deflagrada pelo governo contra a China, materializada, a partir de julho de 2018, na imposição de sobretaxa de 25,0% sobre US\$ 50,0 bilhões de produtos importados do mercado chinês por residentes nos EUA.

Há também estudos para fixar sobretaxação de 10% a outros US\$ 200,0 bilhões de compras externas procedentes da China, barreira que poderá ser estendida a US\$ 400,0 bilhões, ou 90,0% das mercadorias produzidas no país asiático consumidas no mercado norte-americano, no caso de não elevação, pela China, das importações de itens fabricados nos EUA.

Em se confirmando o cenário de ajuste cadente da economia mundial, parece razoável supor que o Brasil terá, mais uma vez, perdido a oportunidade de percorrer os múltiplos caminhos da locomotiva expansiva, em função do desenvolvimento endógeno de patologias que abalaram os alicerces da macroeconomia e o funcionamento das instituições.

Em se confirmando o cenário de ajuste cadente da economia mundial, parece razoável supor que o Brasil terá, mais uma vez, perdido a oportunidade de percorrer os múltiplos caminhos da locomotiva expansiva.

No front econômico doméstico, a não viabilização de um processo de retomada mais encorpada pode ser imputada à definição política de interrupção da tramitação das reformas estruturais no congresso nacional, justificada providencialmente pela barreira constitucional representada pela intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro, e à escolha do Comitê de Política Monetária (Copom), do BC, de encerrar, na reunião de maio de 2018, a marcha de diminuição dos juros primários, iniciada em outubro de 2016, em flagrante contradição com as mensagens transmitidas pela autoridade monetária aos mercados e com visível temor dos eventos de fora.

Há também a influência exercida pela parada de onze dias dos caminhoneiros - que teria ocasionado prejuízos de R\$ 13,5 bilhões ao Tesouro Nacional e R\$ 60,0 bilhões ao conjunto do aparelho de negócios, conforme estimativas de entidades empresariais -, especialmente quanto à forma estapafúrdia de equacionamento capitaneada por um governo desprovido de apoio popular. Os estragos da greve nos indicadores da indústria de transformação brasileira podem ser visualizados na tabela 1.

TABELA 1 - BRASIL – TAXA DE VARIAÇÃO DAS VARIÁVEIS DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO – MAIO DE 2018 - EM %

VARIÁVEL	MAIO/ABRIL	MAIO2018/MAIO2017
FATURAMENTO REAL	-16,7	-13,8
HORAS TRABALHADAS	-2,4	-1,1
EMPREGO	-0,6	0,6
MASSA SALARIAL REAL	-1,7	-2,4
RENDIMENTO MÉDIO REAL	-1,4	-3,0

FONTE: CNI

Decerto que o movimento teve raízes exógenas sintetizadas na já mencionada disparada do preço do barril de petróleo, que passou de US\$ 37,0, no final de 2015, para US\$ 45,0, em maio de 2017, e US\$ 80,0, em maio de 2018; na apreciação do dólar, em decorrência da sólida reação da economia dos EUA; e na perspectiva de elevação dos Fed Funds, corroborada em junho.

As origens domésticas da greve residiram na política de precificação da Petrobras, por meio da aplicação de um gatilho de reajustes quase diário, com viés de alta e em linha com as cotações internacionais e o comportamento do dólar; na retração da rentabilidade do transporte rodoviário, em face da subida do custo Brasil, com a deterioração da infraestrutura, e do encolhimento da demanda. Este último problema esteve intimamente associado ao prolongado panorama recessivo e ao aumento da concorrência com a impulsão da oferta de caminhões, com o uso de crédito subsidiado.

Mais especificamente, entre 2009 e 2018, o volume de veículos pesados em circulação aumentou mais de 40,0%, versus variação inferior a 11,0% do PIB, o que ocasionou pronunciada ociosidade da frota e contração dos preços dos fretes. Em outras palavras, há muita galinha para pouco milho.

A paralisação dos caminhoneiros reproduziu uma espécie de espetáculo dramático oferecido à sociedade brasileira em três atos.

A paralisação reproduziu uma espécie de espetáculo dramático oferecido à sociedade brasileira em três atos. O primeiro deles consistiu em uma autêntica viagem ao passado, forçando a lembrança dos anos 1980 e começo dos 1990, caracterizados por descontrole de preços, desabastecimento nos estabelecimentos de varejo e enormes filas nos pontos de revenda de combustíveis.

O segundo momento abarcou o presente, envolvendo a confirmação do sepultamento da gestão Temer – que faleceu em 17 de maio de 2017, com o vazamento dos áudios de conversas com o empresário Joesley Batista -, fruto da insuficiente competência para percepção e compreensão do conteúdo da questão em jogo e incapacidade de antecipação e reação

aos fatos. Não bastasse a escassa credibilidade do executivo, chamou atenção o equívoco de foco nas negociações, realizadas com agentes laranjas, desvinculados da representação plena da categoria.

Em vez de amparados na formulação de sugestões de desencadeamento de discussões que priorizassem a derrubada da estrutura de mercado setorial imperfeita, representada por monopólio no refino e oligopólio na distribuição, os acertos para a cessação da paralisação dependeram de uma iniciativa “tapa buracos”.

Houve a designação de redução de R\$ 0,46 do preço do diesel nas refinarias, sendo 34,8% (R\$ 0,16), oriundo da zeragem da Cide e PIS/Cofins e do retorno da oneração da folha de salários das empresas (exceto aquelas dedicadas ao transporte rodoviário de cargas), aprovado pelo senado da república, e 65,2% (R\$ 0,30), proveniente do Orçamento Geral da União (OGU), com repasse de R\$ 10,0 bilhões à Petrobras.

Foi também determinado o congelamento dos preços do diesel por sessenta dias, seguidos por atualizações mensais, conforme os critérios atuais, a garantia de transporte de 30,0% das cargas da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) por caminhoneiros autônomos, a folclórica fixação da tabela de fixação de tabela mínima para fretes, que fere os princípios constitucionais da livre iniciativa, e a isenção de cobrança de tarifas de pedágio do eixo suspenso para os caminhões que transitarem vazios.

Não por acidente, a popularidade do governo intensificou o curso ladeira abaixo, chegando, em junho de 2018, a 3,0% de aprovação, de acordo com pesquisa do instituto Datafolha, a menor exibida por um mandatário desde a redemocratização de 1985, superando o artifice da hiperinflação de 1989, José Sarney, e os impedidos Collor (1992) e Dilma (2016). A reprovação do governo alcançou os patamares recordes de 82,0%, contra 70,0%, em abril de 2018.

A terceira situação permitiu enxergar (ou não) as estradas do futuro, pavimentadas pelos ensaios protagonizados na pré-campanha eleitoral. Neste e nos demais assuntos de interesse coletivo, é fácil perceber um silêncio sepulcral de praticamente todos os candidatos à presidência, com chances de hospedagem no segundo turno, segundo as principais sondagens de opinião, gerando um estado de desânimo generalizado.

Na verdade, é prudente reconhecer a ocorrência de um repúdio social à classe política, sobretudo com as múltiplas investigações e desdobramentos da Operação Lava Jato, que serviram para desnudar as articulações promíscuas celebradas entre políticos e empresários, que amparavam as campanhas eleitorais há décadas no Brasil.

Na mesma linha, predomina a impressão de falta de firmeza e perfil dos postulantes para entusiasmar e/ou convencer os potenciais votantes a respeito da capacidade de enfrentamento das adversidades que afligem o país, em razão das feições oportunistas, com mudança de posição ao sabor das conveniências, e frágil qualificação.

As propaladas semelhanças entre o pleito eleitoral de 2018 com aquele realizado em 1989 resumem-se no número exagerado de contendores e na conjuntura de enorme reprovação ao presidente de plantão.

A propósito disso, as propaladas semelhanças entre o pleito eleitoral de 2018 com aquele realizado em 1989 resumem-se no número exagerado de contendores e na conjuntura de enorme reprovação ao presidente de plantão. Até porque, o nível dos participantes do pleito de 1989 era incomparavelmente superior ao dos atuais.

Naquela época, as opções começavam com a fração centro-esquerda, lideradas pelo Senhor Diretas, presidente do Congresso Constituinte de 1988, doutor Ulisses Guimarães, do PMDB, e o senador nacionalista Mário Covas, do PSDB. As alternativas prosseguiram com as figuras de direita, representadas pelo ruralista Ronaldo Caiado (PSD), o empresário Guilherme Afif Domingos (PL) e Aureliano Chaves, vice-presidente do derradeiro governo militar, entre 1979 e 1985. Por

fim, a incursão de esquerda autêntica era representada por Leonel Brizola, governador do Rio de Janeiro entre 1983 e 1986. Convém sublinhar que a democracia brasileira propiciou o cotejo entre Collor e Lula, no segundo turno.

Nos dias de hoje, por enquanto, constitui tarefa hercúlea a identificação das linhas gerais das plataformas ou propostas dos pré-candidatos que, aparentemente, estariam à espera do desfecho do episódio eleitoral para a feitura de manifestações concretas e consistentes, revelando incapacidade de fixação de posições

sobre temas espinhosos, notadamente no que se refere à finitude dos recursos públicos empregados, por exemplo, para subsidiar o consumo de combustíveis em detrimento de investimentos em educação básica visando à minimização da multiplicação da produção de alunos que não sabem fazer contas nem compreendem o que leem.

O mais gritante, no entanto, é a preferência dos candidatos em não reconhecer o ambiente provável de 01.01.2019, resumido na enfermidade provocada por escassez de recursos, caos fiscal e desconfiança dos investidores, cuja cura exige a prescrição de um remédio amargo com o princípio ativo das reformas necessárias à conquista do reequilíbrio financeiro do estado.

O desempenho desprezível nos inquéritos eleitorais dos identificados com a suposta renovação e a fragmentação do centro democrático pode limitar a disputa de um lugar no palco da segunda rodada de outubro de 2018 a duas opções de segregação, embaladas por uma nostalgia populista: Jair Bolsonaro e Ciro Gomes (requerente do espólio ou da lacuna deixada por Lula, que caiu na armadilha da Lei da Ficha Limpa).

Mesmo assim, não se devem desprezar as chances de subida do eixo moderado, que enfeixa os nomes de Marina Silva, se esta conseguir extrapolar o terreno da “onda verde”, e Geraldo Alckmin, respaldado pela mistura entre sólida experiência administrativa e extenso tempo de propaganda na televisão.